



MULHERES, COMUNISMO E AS ELEIÇÕES DE 1947 EM PERNAMBUCO¹

Daiane da Silva Vicente²

Universidade Federal de Alagoas

daianesv567@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação do PCB com as questões das mulheres, tendo como foco principal a seção de Pernambuco. Pretende-se destacar as figuras do sexo feminino que disputaram as eleições estaduais do mês de janeiro de 1947, sendo elas: Adalgisa R. Cavalcanti, Cândida C. Maranhão e Julia Pereira da Silva. Além disso, pretende-se pontuar as diferenças entre as feministas e as comunistas da primeira metade do século XX. Em síntese, tem-se a intenção de contribuir com a história das mulheres atuantes no Partido Comunista.

Palavras-chave: Mulheres na Política; Partido Comunista do Brasil; Eleições em Pernambuco.

As mulheres e o PCB

O Partido Comunista do Brasil (PCB), surgiu a partir do seu I congresso que aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922 no Rio de Janeiro. Segundo Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás (2022), é mencionado na ata de fundação do PCB que concerne a uma “sociedade civil fundada como ‘Centro de Partido Comunista do Brasil, mas que será chamado Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista’

¹ Esta pesquisa e participação no evento contou com o financiamento do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG).

² Mestranda do PPGH-UFAL, bolsista CAPES.



(PC-SBIC)” (SECCO, PERICÁS, 2022, p. 13). A sua criação contou com a participação de nove delegados, a maioria ex-anarquistas. Os fundadores foram: Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Homogêneo Silva, João da Costa Pimenta, Joaquim Barbosa, José Elias da Silva, Luís Peres e Manuel Cendón (CARONE, 1982). Cristiano Cordeiro foi quem representou o grupo comunista do Recife.

Impossível negar a importância dessas figuras masculinas que exerceram papéis de valor na política e, assim por dizer, na política comunistas brasileira. Porém, não podemos deixar de mencionar que, até onde sabemos, a formação do PCB aconteceu a partir da iniciativa de um grupo de homens, provavelmente, todos brancos. Segundo Gleice Silva (2020), não há nenhuma evidência que comprove a presença de mulheres no Congresso de fundação do PCB e nem nos dois congressos posteriores, o de 1925 e o de 1928/1929. Apesar de não ser encontrado nomes femininos nas atas oficiais, não podemos ignorar a possibilidade de mulheres terem auxiliado na organização dos congressos (SILVA, 2020).

Na dissertação de Maria Helena Bernardes (1995), é mencionado que, com base nos apontamentos de Astrojildo Pereira, Rosa Bittencourt, uma operária têxtil, foi a primeira mulher a entrar no Partido Comunista, pouco tempo após a fundação do PCB em 1922. Aos sete anos de idade, Rosa já trabalhava em uma fábrica de linhas na cidade de Petrópolis, um episódio em sua trajetória que chama a atenção, aos doze anos de idade, foi vítima de “abusos” por parte do contramestre, indignada, o feriu com um rolo de ferro, essa ação fez com que ganhasse o prestígio de suas companheiras de trabalho, ademais, confiança e coragem para protestar quando fosse necessário (BERNARDES, 1995). Rosa Bittencourt, participou de campanhas realizadas pela classe operária brasileira, como por exemplo, a reivindicação pela jornada de trabalho de oito horas e pelo direito de férias (BERNARDES, 1995). Ainda de acordo com Bernardes (1995), além de Rosa ser uma das vendedoras do jornal *A Classe Operária*, no ano de 1930, representando as trabalhadoras, foi escolhida delegada no Congresso Mundial da Mulher na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Diante das exigências do Partido Comunista, todas/os as/os militantes que decidiram dedicar-se ao PCB tiveram que se comprometer a viver apenas em função do



partido e pelo alcance da revolução socialista. Ao falar sobre o ser militante do PCB, fica evidente a existência de um sentimento de identificação forte com o partido, ou seja, qualquer um outro tipo de identificação, pertencimento a algum outro grupo ficava em segundo plano, a prioridade era sempre o Partido Comunista (ALVES, 2017). Segundo Jorge Ferreira:

[...] por mais que ele se esforçasse pela causa revolucionária, um militante do Partido Comunista estaria sempre em débito. Em qualquer situação, ele era sempre um devedor pelo que recebeu. (FERREIRA, 2002, p.41-42).

Para as mulheres, possivelmente, o peso de ser uma militante comunista era bem maior. Pois além de ter que lidar com as tarefas do partido, ainda tinha as “obrigações” do lar, cuidar dos filhos, tendo em vista que muitas mulheres eram casadas. Esses aspectos mencionados acima teriam relação com a cultura política do PCB.

No texto “A cultura política comunista: alguns apontamentos” (2013) de autoria do professor e historiador Rodrigo Patto Sá Motta, é possível localizar características importantes acerca do comunismo como cultura política. Como o próprio autor argumenta, os estudos em volta deste campo possibilita uma abordagem fértil, permitindo o desenvolvimento de pesquisas importantes devido a influência exercida pelas esquerdas, incitando a fabricação de pensamentos e planos políticos, como também “inspirando a produção cultural e as artes, quanto por seu impacto à direita, que encontrou na bandeira anticomunista uma de suas principais motivações para ação” (PATTO, 2013, p. 15). Ainda de acordo com o mesmo autor mencionado anteriormente, o termo cultura política é polissêmico, mas uma definição apropriada seria:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos “representações” em sentido direcionados ao futuro. (MOTTA, 2013, p. 17-18).

Ainda quando pensado o conceito de cultura política, inserindo a participação feminina nesse meio, observa-se que apesar das conquistas das mulheres nesses espaços, liderando organizações e embates políticos, a cultura política continua sendo predominantemente masculina (COSTA, 2002), ou pelo menos é a cultura política



masculina que é predominante. Segundo Cruz e Silveira (2018), não seria diferente dentro do Partido Comunista, considerando o relato de muitas ex-militantes comunistas brasileiras que afirmaram ser difícil e complicado ser mulher no PCB, suas pautas eram colocadas em segundo plano. A cultura política também está relacionada à memória. Os relatos de mulheres, como Zuleika Alambert, Amélia de A. Teles e Adalgisa R. Cavalcanti, evidenciam aspectos da cultura política de mulheres dentro do PCB. Ademais, podemos assim dizer que essas culturas políticas são codificadas e transmitidas pela memória (DUTRA, 2002). Além disso, precisamos entender que cada ser é único e individual, as experiências de vida são apreendidas de maneiras diferentes. Um relato memorialístico não deve ser tomado como uma verdade absoluta e incontestável, da mesma forma que um relato diferente não deve ser ignorado. Em entrevista concedida à Fundação Joaquim Nabuco em 1982, Adalgisa demonstrou ser uma mulher apaixonada pelo PCB, diferente de outras ex-militantes que saíram revoltadas do partido. Essa discussão sobre cultura política e cultura política comunista, permite refletir se poderíamos falar de uma cultura política comunista de mulheres.

Outro fator relevante, quando falamos apenas em uma cultura política comunista é entender que embora o PCB integrasse um movimento internacional, com características, valores e normas semelhantes, em todos os lugares de efervescência comunista, cada organização, partido, se deparou com as influências das práticas políticas de seu próprio país (MOTTA, 2013). Não foi diferente no Brasil. Entre os traços da cultura brasileira que podemos destacar na política, temos a temática da conciliação e da flexibilidade. Em muitos momentos os comunistas precisaram ser flexíveis em meio às negociações e alianças que por um lado foram favoráveis para o partido e, por outro, prejudiciais à sua imagem (MOTTA 2013).

Eleições de 1947 em Pernambuco

Antes de iniciar a discussão sobre as eleições de 1947 em Pernambuco, gostaria de sinalizar a candidatura das mulheres pelo PCB-PE em anos anteriores. Iniciando pela década de 1930. Observa-se que, na legenda “Trabalhador! Ocupa o teu posto!”, utilizada nas eleições para a câmara municipal do Recife, destaca a candidatura de 14 homens, entre eles, a figura já mencionada de Cristiano Coutinho Cordeiro, conhecido também



como “a lenda do nordeste”. Além do mais, o PCB indicou uma mulher para concorrer a essas eleições. A escolhida foi Carmen Ricardo de Sousa, que exercia a profissão de costureira. Na matéria, “*Mulher trabalhadora! Ocupa o teu posto!*” contém um trecho das opiniões de Carmen:

Trabalhadora como sou - declara - venho desde há muito acompanhando o movimento político-popular aqui de Pernambuco com muita simpatia, pois, estou convencida de que os únicos candidatos que poderão pleitear as melhorias de condições de vida desse exercício de mulheres que vive sem nenhuma proteção e sob o jugo do patronato, são os da nossa popular legenda.

Nós trabalhamos como homens e recebemos salários de mulheres.

Até hoje ainda não se faz ouvir no parlamento uma voz feminina que de fato defenda os interesses da mulher trabalhadora.

[...]

É dever de toda mulher trabalhadora, que anseia pelas suas melhorias, apoiar este movimento reivindicador. É o único que defenderá os seus interesses.

[...]

Mulher trabalhadora! Ocupa o teu posto! (Folha do Povo, Recife, 24 de set. de 1935)

Carmen, demonstra ser uma mulher conhecedora das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras, justamente por pertencer a essa classe. Convoca as mulheres a se unirem e a elegerem como representante na câmara municipal. Porém, ela não consegue ser eleita. Recife só terá sua primeira vereadora em 1947, a operária Julia Santiago, uma mulher preta que, infelizmente, não conseguiu finalizar o seu mandato devido às disputas políticas. O PCB lidou com uma oposição empenhada a todo custo em evitar ter uma ou um comunista como representante do povo.

Com base nos relatórios do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, nas eleições de 02 de dezembro de 1945 e nas suplementares de 10 de fevereiro de 1946, o PCB indicou um nome feminino para concorrer às eleições. Adalgisa R. Cavalcanti foi a candidata escolhida para disputar o cargo de deputada federal, mas não conseguiu se eleger, ficando na 6ª colocação com 1.258 votos. Além de Adalgisa R. C., nestas eleições a única mulher em Pernambuco a disputar um lugar na câmara dos deputados federais, o PCB tinha indicado mais 18 candidatos, todos homens. Dos 19 comunistas que disputaram as eleições, o PCB conseguiu eleger 3 deputados federais. Adalgisa R. C. ficou como 3ª suplente.



Nas eleições de 19 de janeiro de 1947, o PCB registrou 52 nomes para concorrer às eleições como deputados estaduais, entre esses 52 candidatos, 3 eram mulheres: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Cândida de Carvalho Maranhão e Júlia Pereira de França. No resultado dessas eleições, indicando a posição dessas três mulheres, se configurou da seguinte maneira: Adalgisa R. C. obteve 2.305 votos, ficando na 5ª colocação; Cândida de C. M. teve 340 votos, ocupando a posição 38ª; e Júlia P. de S. obteve apenas 12 votos, ficando na posição 51ª, penúltima colocação. Ao todo, pelo PCB foram eleitos 9 deputados estaduais.

Adalgisa R. Cavalcanti, esposa do ferroviário Tito Cavalcanti, iniciou sua militância política em 1934 fazendo parte do Socorro Vermelho. Participou do Levante de 1935 e por este motivo foi presa pela primeira vez em 1936. Ao ser escolhida pelo PCB para concorrer às eleições, inseriu como profissão a de doméstica. Cândida de C. Maranhão foi uma militante comunista muito ativa na década de 1940 no Recife, foi esposa do deputado estadual (eleito em 1947) Francisco Antônio Leivas Otero (GOMINHO, 2011). Em relação a Júlia Pereira de França, infelizmente, não foi possível obter nenhuma informação a respeito, apenas a de que foi uma das candidatas indicadas pelo PCB para concorrer às eleições de 1947, por este motivo, possivelmente, era uma militante ativa no partido.

Diante das discussões presentes nas matérias do jornal a *Folha do Povo* durante o período de eleição, é nítido o apoio do PCB a candidatura de Adalgisa R. Cavalcanti, demonstrando ser a proponente mais estimada. Em contrapartida, o apoio a Cândida Maranhão veio principalmente do Comitê de Mulheres Pró-Democracia (CMPD). Tanto o PCB como o CMPD empenharam-se na tentativa de eleger suas candidatas preferidas.

Feminismo e comunismo

A historiadora Iraceli Alves (2017), menciona em seu artigo “Os Movimentos Feminista e Comunista no Brasil: História, Memória e Política” que as militantes do PCB, em meados do século XX, enxergavam o feminismo como um movimento “pequeno burguês”. Dessa maneira, para algumas pesquisadoras, compreende-se que não seria adequado denominar de feministas as militantes esquerdistas antes da década de 1960



(ALVES, 2017). Mesmo assim, a Iraceli Alves, denomina as mulheres do PCB de feministas de orientação marxista. Para a historiadora Paula Soares (2021), ao fazer isso, Iraceli Alves “acaba referendando a percepção historiográfica de que os movimentos feministas seriam tipos ideais de ação política feminina” (SOARES, 2021, p. 38), desvinculando a importância de compreender as particularidades das mulheres comunistas atuantes, próximas e dentro do PCB.

Complementando essa discussão, é possível encontrar mais argumentos na obra *O Dicionário Crítico do Feminismo* (2009), organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, no verbete “Movimentos Feministas” escrito por Dominique Fougeyrollas-Schwebel, é colocado que alguns movimentos de mulheres socialistas que lutam pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, “rejeitam a qualificação “feminista” porque a seus olhos está marcada pelos fundamentos burgueses das reivindicações de direitos” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144). Dessa forma, “movimentos de mulheres” e “movimentos feministas” assumem significados diferentes, por causa que as feministas do século XIX e as do começo do século XX eram mulheres brancas burguesas. O conceito de “movimentos de mulheres” representa “as mobilizações de mulheres com um objetivo único” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 145), como exemplo, pode-se mencionar os movimentos populares de mulheres na América, movimentos pela paz na Irlanda e os do Oriente Médio.

Ao fazer um paralelo com o que circulou na Rússia, evidenciamos uma discussão sobre as diferenças entre as feministas e as mulheres comunistas, podendo ser identificadas e utilizadas como base para compreender o distanciamento entre esses grupos de mulheres no Brasil. Para essa discussão, toma-se como base principal os textos: “Os Fundamentos Sociais da Questão Feminina [extratos]” e “ O dia da Mulher” de Alexandra Kollontai. Para essa autora, o objetivo das feministas era adquirir o mesmo poder e direitos que possuíam os homens na sociedade capitalista. Já as operárias socialistas, mulheres comunistas, lutavam para abolir todo tipo de privilégios, seja de nascença ou riqueza. Para elas, o opressor tanto poderia ser homem, como mulher (KOLLONTAI, 1913). Ao tentarem aproximar as mulheres comunistas do feminismo, ou



seja, ao quererem se referir às lutas dessas mulheres do Partido Comunista como ações feministas, o PCB e suas/seus militantes utilizavam como argumento - para afastar essa ideia - que nas organizações femininas do partido, os homens eram convocados para participarem das atividades em prol da causa das mulheres (SOARES, 2021).

Quando pensamos na atuação política das mulheres comunista, temos a intenção de compreender e evidenciar as formas de organizações e mobilizações promovidas pelo público feminino. Não é por causa das diferenças com as feministas, recusando o uso do termo “feminismos” que podemos desqualificar os modos de atuação das mulheres comunistas e assim, do Partido Comunista para/com as mulheres. O “ser feminista” não deve ser entendido como o único modo adequado de se posicionar na luta pelos direitos das mulheres. A multiplicidade do “ser mulher” se ressignifica no espaço e no tempo, como também nas organizações e partidos políticos. Neste sentido, para Paula Soares (2021),

[...] atribuir a denominação “feminista” a todos os grupos políticos que defenderam a construção de relações sociais e políticas mais justas entre homens e mulheres parece contribuir mais para a invisibilização das singularidades dos projetos políticos que estavam em disputa no cenário brasileiro do que para seu reconhecimento e compreensão. (SOARES, 2021, p. 38)

Deste modo, na tentativa de demarcar um espaço para debater a existência de uma possível cultura política comunista de mulheres, é inevitável não ressignificar o conceito de “dona de casa”. Observamos que na *Folha do Povo*, o PCB se dirigiu às donas de casas, incentivando-as a se organizarem na luta por seus direitos. Isso demonstra que a dona de casa atual é diferente da dona de casa militante comunista da primeira metade do século XX. Segundo Paula Soares (2021), “A proposta pecebista de atrair as donas de casa para suas fileiras era inovadora em relação a tantas outras forças políticas do cenário brasileiro” (SOARES, 2021, p. 146). Ser uma dona de casa comunista durante esses períodos, significava ter uma consciência de classe desenvolvida, ciente da necessidade de sua atuação política, por mais que o Partido Comunista não fosse totalmente um espaço livre de atitudes e pessoas que nutrem o desrespeito e a opressão feminina, ainda era um espaço que acolhia e engajava as mulheres na luta política. Maria Izilda Matos (2013) menciona a luta das mulheres contra a carestia no período da ditadura civil-militar de



1964-1984, é importante pontuar que a luta contra a carestia já era algo vivenciado pelas mulheres ligadas ao Partido Comunista, principalmente na década de 1940. O PCB tinha entre suas principais mobilizadoras contra a carestia as donas de casa.

Por mais que na atualidade o termo dona de casa transmita o significado do que a sociedade patriarcal considerada a característica ideal para uma mulher, sendo este entendimento fortalecido em jargões como “recatada e do lar”, esse conceito denota um sentido diferente ao ser utilizado para se referir às mulheres ligadas ao PCB. Essas mulheres, não estavam preocupadas apenas com os afazeres domésticos, as questões e necessidades políticas eram de seus interesses, sendo esta uma exigência do partido para/com suas militantes. Isso não quer dizer que o grupo de mulheres comunista não sofresse com os julgamentos masculinos e pressões da sociedade em relação ao seu sexo. Precisamos entender que cada conceito carrega a sua historicidade e é fundamental reconhecer o significado no espaço temporal e cultural. Ainda de acordo com Paula Soares:

Tanto as donas de casa como as empregadas domésticas eram grupos sociais invisíveis politicamente e se mantinham distantes da possibilidade de construção de sua cidadania. O reconhecimento pecebista desses segmentos femininos evidenciava seu compromisso com a inclusão de direitos para as mulheres pobres no ordenamento jurídico e sua compreensão das especificidades advindas dessa condição de gênero. Importante destacar que essa proposta da CCTM e do CMT não decorria de uma imposição doutrinária dos órgãos do comunismo internacional. De fato, a Seção Feminina da IC parecia não ter pensado sobre a possibilidade de atrair as donas de casa para as fileiras comunistas. Em carta enviada à CCTM, a entidade soviética destacou sua surpresa diante da proposta dos militantes brasileiros [...]. (SOARES, 2021, p. 146)

Chama a atenção os comunistas brasileiro terem sido os primeiros a levantar essa preocupação demonstrando, supostamente, interesse na emancipação feminina, principalmente na questão das donas de casas, um grupo mais excluído do que os próprios operários e operárias. No entendimento da Seção Feminina da IC, por não estarem introduzidas no meio produtivo, as donas de casa não pertenciam à classe trabalhadora. Não sendo detentoras de um salário, não havia como possuir um sindicato próprio. Desse modo, a solução encontrada pela IC configurou-se em orientar a aproximação dessas senhoras aos sindicatos de seus maridos (SOARES, 2021).



No entanto, em uma das matérias publicadas no jornal a *Folha do Povo*, o PCB também orientou as donas de casa a se organizarem por conta própria, recebendo o apoio do partido. Na matéria “*As mulheres da classe média*” exposto no jornal do dia 27 de março, teve como intenção despertar nas mulheres pertencentes à classe média uma consciência política para apoiar a luta das/dos comunistas, mencionando-se os preços absurdos dos gêneros alimentícios, principalmente, em períodos de guerra. O objetivo do PCB com a divulgação deste artigo era convencer as mulheres de classe médias de que ao se unirem como grupo, associação de donas de casa, teriam mais oportunidade de buscar soluções para resolver os problemas assolados por elas.

Isso é o que deveis fazer; apoiar a nossa luta, fundando as associações das donas de casa, para apresentar aos nossos deputados o estudo dos vossos problemas e apoiá-los decisivamente, para que se sintam fortes do apoio popular, para exigir do governo e da Assembleia medidas de real benefício para o povo, para os trabalhadores, para todos os brasileiros, enfim.

Que todas as donas de casa meditem em nossas palavras e procurem discuti-las, com suas parentas, com suas amigas, suas comadres, suas vizinhas, em suma, com todas as mulheres de suas relações.

E daí haverá de surgir um grande movimento das donas de casa que irá passar à nossa história como o mais democrático de todos os nossos movimentos de opinião. (Folha do Povo, Recife, 27 de mar. de 1946)

O acolhimento das questões das donas de casa de classe média chama muito a atenção, pois demonstra que embora o foco do PCB em relação às mulheres, fosse discutir os infortúnios das trabalhadoras, operárias, havia espaço no Partido Comunista para as demais mulheres, ou seja, fica nítido uma abertura presente na estrutura política comunista. Soares considera que entre os anos de 1925 e 1956,

[...] as mulheres comunistas desenvolveram métodos, estratégias e discursos que formaram uma tradição de militância feminina, bem como foi nesse período que o imaginário, as representações, as práticas e a visão de mundo sobre a questão feminina que vão compor a cultura política do PCB foram construídos e consolidados. (SOARES, 2021, p. 24).

Apreende-se essas concepções como oportunas para sinalizar a existência de um modo particular de fazer política entre as mulheres comunistas. Ficando mais nítido quando mapeamos as trajetórias de mulheres militantes do PCB e evidenciamos suas



características distintas do “ser mulher”, abrangendo suas formas de agir, a classe, cor e etnia, passando por um processo que permite compreender seus privilégios e opressões, mas sobretudo, suas ressignificações manifestadas em suas lutas interiores e exteriores.

Considerações Finais

O presente texto teve a intenção de discutir apontamentos e reflexões iniciais em relação às mulheres e suas ocupações nos espaços públicos, dando destaque às mulheres comunistas. Considera-se de grande importância evidenciar e compreender as relações políticas em que as mulheres tiveram um lugar destaque, sendo elas vencedoras ou apenas candidatas vencidas.

Do mesmo modo, considera-se relevante demarcar as diferenças estabelecidas entre mulheres comunistas e feministas na primeira metade do século XX. O objetivo foi sinalizar suas contribuições partindo de viés diferenciados, localizados no tempo e espaço. Cada grupo colaborou de um modo peculiar, dentro das possibilidades do momento experienciado. Isso não diminui a relevância dos movimentos feministas e nem dos comunistas. Do mesmo modo, diante da representação e do significado do PCB para a classe operária, para o povo, não é válido desmerecer suas ações para/com as mulheres, e como essas mulheres estavam interligadas, dentro ou próximas do Partido Comunista.

Fontes consultadas

Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE): Jornal - Folha do Povo

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ): Entrevista - Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco: Relatórios - 1946; 1947-1948.

Referências

ALVES, Iracélli da Cruz. Os Movimentos Feminista e Comunista no Brasil: História, Memória e Política. Tempos Históricos, Paraná, volume 21, e-ISSN: 1983-1463, p. 107-140, setembro de 2017.



BERNARDES, Maria Elena. Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política. 1995. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 1995.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Refletindo sobre a imagem da mulher na cultura política. In: *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea*. Orgs. Silvia Lucia Ferreira; Enilda Rosendo do Nascimento. Salvador: NEIM/UFBA, 2002, p. 69-83.

CRUZ, Marcelly Machado; SILVEIRA, Éder da Silva. GÊNERO, EDUCAÇÃO E CULTURA POLÍTICA COMUNISTA: REFLEXÕES SOBRE NARRATIVAS DE MULHERES MILITANTES. *Textura*, v. 20 n. 44 p. 272-288 set/dez. 2018.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, Minas Gerais, nº28, dezembro de 2002, p. 13-28

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EDUF. 2002.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Cidade Vermelha: A Experiência Democrática no Pós-Estado Novo*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011, pp. 293.

KOLLONTAI, Alexandra. *Os Fundamentos Sociais da Questão Feminina [extratos]*. Tradução: Maria Luiza Oliveira. 1907. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>> Acesso em: 10 jul. de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. *O Dia da Mulher*. In: The Marxists Internet Archive. Tradução: José Braz. 1913. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1913/02/23.htm>>. Acesso em: 10 jul. de 2023.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, São Paulo, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Cultura Política Comunista: alguns apontamentos. In: *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Orgs. Marcos Napolitano, Rodrigo Czajka, Rodrigo Patto Sá Motta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15-38.

SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo. Linhagens da Historiografia do PCB. In: *História do PCB*. Orgs. Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022, p. 13-52.

SILVA, Gleice Pereira da. *As Mulheres na Formação do PCB: uma abordagem interseccional*. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Macéio-AL, p. 2020.

SOARES, Paula Elise Ferreira. *A QUESTÃO FEMININA NO PCB (1925-1956): As mulheres na cultura política comunista*. 2021. 383 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2021.

SCHWEBEL-FOUGEYROLLAS, Dominique. Movimentos Feministas. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. Orgs. Helena Hirata; Françoise Laborie; Hélène Le Doaré; Danièle Senotier. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 144-148. (Tradução Brasileira).